

ISABELLA CAROLINE VILELA BUENO

**O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO EDUCANDO: A
RELEVÂNCIA DA AFETIVIDADE**

GOIÂNIA

2021

ISABELLA CAROLINE VILELA BUENO

**O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO EDUCANDO: A
RELEVÂNCIA DA AFETIVIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de Monografia elaborada para fins de avaliação do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professora Orientadora: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro.

GOIÂNIA

2021

DEDICATÓRIA

Primeiramente, este trabalho dedico a Deus, por ter me capacitado e me concedido sabedoria para concluir esse trabalho.

Aos meus queridos pais que acreditaram em mim e sempre me incentivaram durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus avós, por acreditarem no meu potencial e se alegrarem comigo.

As minhas amigas que o curso me concebeu, que estiveram comigo me apoiando, incentivando, compartilhando conhecimentos, tornando os momentos difíceis mais leves e alegres.

Aos meus queridos professores, por terem disposição em compartilhar seus conhecimentos, especialmente, a minha orientadora, Professora Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, acompanhando-me desde o primeiro período, tendo eu a oportunidade de ser sua orientanda.

Toda experiência de aprendizagem se inicia com uma experiência afetiva. É a fome que põe em funcionamento o aparelho pensador. Fome é afeto. O pensamento nasce do afeto, nasce da fome. Não confundir afeto com beijinhos e carinhos. Afeto, do latim “affetare”, quer dizer “ir atrás”. É o movimento da alma na busca do objeto de sua fome. É o Eros platônico, a fome que faz a alma voar em busca do fruto sonhado.

(RUBEM ALVES).

O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO EDUCANDO: A RELEVÂNCIA DA AFETIVIDADE

Isabella Caroline Vilela Bueno*

Clélia Brandão Alvarenga Craveiro**

RESUMO: A escola exerce funções fundamentais para as pessoas, abrangendo os campos cognitivo, social e emocional. O afeto é instrumento para que essas funções possam ser exercidas com êxito. As relações construídas em salas de aula determinam qual será o nível de aprendizado, sendo que, na infância, o desenvolvimento da psicogênese acontecerá. Nessa conjuntura, esta pesquisa objetiva analisar a importância do afeto na educação básica, por meio de estudo bibliográfico, abordando aspectos estruturais e de relações humanas. Em dois capítulos, será contextualizada a proposta de educação integral com base no Parecer 07/2010 do CNE/CEB, com seus fundamentos de cuidar e educar. Também se destacará a importância de que esses princípios estejam presentes na educação e se descreverão as teorias de Henri Wallon e Lev Vygotsky. Esses autores desenvolveram estudos, a partir da infância, cujas teorias focam a afetividade nas práticas pedagógicas. Os resultados esclarecem o contexto educacional na atualidade, com possibilidades e desafios diante da existência do afeto na relação professor-aluno para o progresso da educação e da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Afetividade. Educação básica. Professor-aluno.

* Graduada do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e-mail: isacahr@hotmail.com.

** Professora Titular da PUC Goiás. Doutoranda em Educação na Universidade Lusófona de Tecnologia e Humanidades de Lisboa. Diretora da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC - Goiás 2014-2015. Diretora de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania - DPEDHUC – SECADI - MEC - 2012-2014. Presidente do CNE - 2008-2010. Reitora da PUC Goiás - 1994-2001.

LISTA DE SIGLAS

- DCNGEB - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica
- ECA - Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9	
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO		
INTEGRAL ASSOCIADA AO CUIDAR E EDUCAR	11	
1.1 A Educação Integral como Direito à Educação de Qualidade Social	11	
1.2 O Cuidar e o Educar na Educação Básica	14	
CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS DA AFETIVIDADE EM VYGOTSKY E WALLON: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO.....		22
2.1 Os Princípios da Afetividade em Wallon	22	
2.2 Os Princípios da Afetividade em Vygotsky	25	
2.3 Semelhanças nas Contribuições Teóricas de Vygotsky e Wallon	28	
2.4 O Contexto Educacional e a Mediação Pedagógica entre Sujeito-objeto	29	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33	
REFERÊNCIAS.....	35	

INTRODUÇÃO

Afetividade e afeto são termos presentes, vistos de forma semelhante, quando o assunto é sentir emoções, paixões. Nas relações de vínculo, seu sentido se amplifica, mas parece atender a necessidade de expressar sentimentos e emoções por algo ou alguém. Utiliza-se a afetividade tanto para descrever experiências que afetam o emocional e o físico. Demonstrar afeto pode ser por um abraço, um momento de escuta ou atenção.

A afetividade transforma o estado de ânimo, causa efeitos na psiquê, podendo ser construída de diversas maneiras, de acordo com a subjetividade do sujeito. Afetividade e intelectualidade são interdependentes, já que o sentir reflete no querer e no agir, determinando as decisões que estão ligadas à construção da inteligência.

Assim como a família, a escola é essencial na formação do sujeito, contribuindo para a aprendizagem e a formação de sua personalidade. Ela favorece ao estudante a afetividade nos aspectos cognitivos e o leva à autorrealização e ao crescimento. Desse modo, o afeto desempenha papel definitivo no processo de ensino-aprendizagem do sujeito e em diversas áreas da vida, impactando seu aspecto cognitivo e pessoal.

Com a afetividade presente no processo de desenvolvimento do estudante, ela desempenha seu papel imprescindível ocupando seu lugar na construção do sujeito. Seus valores e seu caráter são estimulados, bem como de sua autonomia e seu intelecto. Essa contribuição é significativa no processo contínuo do saber.

Nessa percepção, este trabalho de conclusão de curso, escrito sob a modalidade de Monografia para o Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, investiga o tema afetividade no desenvolvimento integral do estudante na educação escolar.

Afetividade é assunto pouco valorizado na educação, porém fundamental na construção da pessoa e do conhecimento. Durante décadas, professores atuaram em sala de aula sem muito se atentarem para os aspectos afetivos, sendo essa invisibilidade do afeto ainda presente nas relações professor-aluno.

Considerando que o afeto é tema que requer ser mais explorado nos cursos de formação de professores, conhecer a sua importância no desenvolvimento do estudante na educação básica adveio de meu interesse em função das atividades

desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que visa promover a integração entre ensino superior e educação básica, participando dos estágios nas escolas públicas durante o curso de Pedagogia da PUC-GO.

Visitando pesquisas de alguns estudiosos sobre o tema, percebe-se que a afetividade na relação professor-aluno depende do contexto sociocultural. Nesse sentido, a temática se mostra relevante de ser abordada na formação inicial e continuada de professores. A seguinte indagação foi levantada: como a afetividade no âmbito educacional influencia o comportamento e o aprendizado de estudantes? O entendimento traz que ela ajuda no desenvolvimento integral do estudante. Desse modo, ela estar sendo exercitada no processo de aprendizagem faz diferença na construção do indivíduo.

Para essa proposta, o primeiro capítulo trata da educação integral e os princípios de cuidar e educar na educação básica, adentrando no processo histórico da educação. O segundo explora a teoria de Vygotsky, a relevância do afeto na construção do pensamento, a mediação aluno-professor e a sua utilização como método facilitador de internalização do conhecimento e vivência interpessoal. A teoria de Wallon também é explorada para apresentar o processo afetivo-cognitivo e os cinco estágios do desenvolvimento humano, em que há alternância entre um e outro, desde o nascimento. A reflexão sobre o papel do docente é trazida por sua ação fazer parte da relação com o educando baseada na afetividade.

A pesquisa bibliográfica fundamenta as concepções do pensador Henry Wallon (1879-1962), que dedicou grande parte de sua vida no estudo da afetividade, e do psicólogo Lev Vygotsky (1896-1934), com sua atribuição às relações sociais no ensino-aprendizagem. Ambos destacam o afeto nas relações interpessoais em salas de aula.

Esse tipo de pesquisa se realiza por meio de estudos anteriores, documentos, livros, artigos, teses e outros. Pelos dados, formam-se as categorias ou os assuntos trabalhados, ou seja, os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. Dessa forma, o estudo aborda a afetividade no desenvolvimento cognitivo do aluno, tendo como principais teóricos esses dois autores, cujo destaque é do afeto desempenhando seu efeito indispensável nos aspectos do ensino-aprendizagem e da relação professor-aluno.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL ASSOCIADA AO CUIDAR E EDUCAR

1.1 A Educação Integral como Direito à Educação de Qualidade Social

O direito de aprender é intrínseco ao da dignidade humana, liberdade, inserção social e do acesso aos bens sociais, artísticos e culturais. Esse direito também se liga ao de ter saúde, lazer, esporte, integração familiar e comunitária. Nesse sentido, a amplitude do papel socioeducativo está atribuída ao conjunto orgânico da educação básica. Os sistemas educacionais têm como pressuposto o desenvolvimento integral da formação de crianças, jovens e adultos. Em busca da superação das desigualdades de qualquer natureza, essa objetivação parte do que se concretiza na qualidade das relações na educação:

A qualidade social da educação brasileira é uma conquista a ser construída de forma negociada, pois significa algo que se concretiza a partir da qualidade da relação entre todos os sujeitos que nela atuam direta e indiretamente. Significa compreender que a educação é um processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores. Socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola (BRASIL, 2010, p. 15).

A qualidade da educação pressupõe o ingresso e a permanência, com a intenção de reduzir a evasão ao máximo. Também a repetência e a questão idade e série são vistas com seriedade para o efetivo direto à educação. As DCNGEB apresentam a viabilidade do encaminhamento da educação integral, havendo a ampliação do tempo escolar como forma de contribuição educacional para os que precisam ficar o tempo integral na escola:

Há alguns anos, se tem constatado a necessidade de a criança, o adolescente e o jovem, particularmente aqueles das classes sociais trabalhadoras, permanecerem mais tempo na escola. Tem-se defendido que o estudante poderia beneficiar-se da ampliação da jornada escolar, no espaço único da escola ou diferentes espaços educativos, nos quais a permanência do estudante se liga tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização, quanto à diversidade de atividades de aprendizagens. Assim, a qualidade da permanência em tempo integral do estudante nesses espaços implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica no currículo de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados ao longo de toda a jornada (BRASIL, 2010, p. 21-2).

Esse parecer assinala que, no projeto nacional de educação, a escola em tempo integral é entendida como ação coletiva conectada com a vida. As necessidades precisam ser atendidas observando as possibilidades e os interesses das crianças, dos jovens e dos adultos. Para Alarcão (2001),

[...] essa nova maneira de pensar e de agir tem implicações ao nível da escola e reflete-se na maneira como se concebe a formação e o currículo, como os professores percebem e concretizam a sua prática pedagógica, como os alunos vivem o seu ofício de estudante. Além disso, repercute-se no papel que se atribui aos professores, aos alunos e aos funcionários e nas dinâmicas de desenvolvimento que as escolas introduzem. (ALARCÃO, 2001, p. 11).

Nessa perspectiva, a educação integral, a partir da prática pedagógica, garante o desenvolvimento dos sujeitos nas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural. O projeto coletivo dessa educação é compartilhado por estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades. A educação integral reconhece o indivíduo na sua multidimensionalidade, ao se comprometer com a estruturação de estratégias que assegurem as condições de igualdade e qualidade.

As diferenças inerentes a cada pessoa constroem a riqueza da humanidade. Considerando isso, a escola realiza seu papel com atenção ao acesso e à permanência do aluno. Apoia-se na ideia de reconhecer as barreiras políticas, culturais e atitudinais para solucionar problemas, tendo a diversidade constituída não apenas como valor, mas também como oportunidade de desenvolvimento de crianças e jovens em suas diversas dimensões.

O desenvolvimento integral é contínuo e permanente, começando no nascimento e se estendendo por toda a vida. Acontece em diferentes espaços: em casa, na escola e outros locais, mas, em todos os *lócus*, a educação integral prioriza os processos geradores de inventivos para sujeitos participativos, além de preparados para as inserções sociais. Eles são capazes de intervir nas formas de produção, sob diferentes aspectos da vida (DCNGEB).

São indispensáveis nessa construção as práticas mediadas e realizadas pela escola em atividades dinâmicas. Nos encontros, ela possibilita a integração entre os que compõem o desenvolvimento dos alunos. Essas ações se pautam num processo de investigação, acompanhamento e inclusão efetiva e atenta às diferentes características culturais, de formação e condições familiares, entre outras.

O processo de integração e mudança na abordagem prevista na educação integral tem seu olhar voltado para alcançar as dimensões e as ferramentas que compõem a base da criação de um plano pedagógico democrático que utilize exemplos tangíveis, de fácil compreensão e reconhecimento dos envolvidos na educação. Mais do que identificar as diferenças, é necessário buscar recursos que permitam efetivar pontos de conexão que executem os benefícios advindos da proposta de educação integral:

No projeto nacional de educação, tanto a escola de tempo integral quanto a de tempo parcial, diante da sua responsabilidade educativa, social e legal, assumem a aprendizagem compreendendo-a como ação coletiva conectada com a vida, com as necessidades, possibilidades e interesses das crianças, dos jovens e dos adultos. O direito de aprender é, portanto, intrínseco ao direito à dignidade humana, à liberdade, à inserção social, ao acesso aos bens sociais, artísticos e culturais, significando direito à saúde em todas as suas implicações, ao lazer, ao esporte, ao respeito, à integração familiar e comunitária (BRASIL, 2010, p. 21-2).

Além do aspecto conceitual, há a prática desse processo, cujos desafios são numerosos. Para viabilizar a metodologia disruptiva¹ em relação à estrutura educacional existente, é necessário que haja uma reforma em seus vários pontos, a começar pelo entendimento geral de que se trata de um direito humano, independente de quaisquer particularidades sociais, étnico-raciais e culturais.

Na mesma premissa, cabem recursos para os professores que constituem as escolas. Há imensa desvalorização e sobrecarga de trabalho para esses profissionais. Dentre os exemplos, os mais comuns são salários extremamente baixos incoerentes com a carga horária e as funções desempenhadas por eles. Grande parcela exerce jornada dupla, trabalhando em diferentes escolas e períodos, para conseguir a renda necessária para arcar com seus custos de vida.

Com esse fato, não há como falar sobre educação integral sem olhar para a classe docente. As políticas educacionais deveriam fornecer as condições salariais, os recursos materiais e estruturais nas escolas para o ensino de qualidade ser proporcionado plenamente para todos. Nessas políticas, também é necessário discutir o processo de formação antecedente e posterior à atuação dos professores em sala de aula. Os aspectos da qualidade da educação integral serão aplicados efetivamente, se o corpo docente estiver capacitado sempre adquirindo novos saberes.

¹ Disruptiva: que tem capacidade para romper ou alterar.

A escola e a educação integral são capazes de grande transformação social, mas não podem ter a responsabilização total, pois estão inseridas na mesma estrutura capitalista que outros meios essenciais da sociedade. A educação não muda o mundo sozinha, embora

[...] possa mudar as pessoas, e por isso ela vale a pena'. A educação constitui nossa oportunidade de aprender juntos a interpretar o mundo, compreendê-lo; nossa possibilidade de compartilhar uma experiência de aprendizagem, onde convivam e se enriqueçam múltiplos olhares, múltiplos sentidos e intermináveis respostas sempre inconclusas; nossa oportunidade de lutar pela socialização do acesso ao saber historicamente acumulado e socialmente produzido, evitando assim seu monopólio privado e a alienação de seus benefícios (GENTILI *apud* LUCYK; GRAUPMANN, 2015, p. 17).

No dicionário, tem-se a definição de integral como sinônimo de total ou aquilo que é completo. O objetivo da educação integral é a redução das lacunas sociais, de modo a promover uma educação humanizada. Essa considera toda a estrutura material e humana envolvida no processo. Cabe ao Estado e a órgãos públicos responsáveis, ministérios, secretarias e outros esse olhar de cuidar, que é gerador de práticas para o desenvolvimento contínuo da educação integral da educação básica.

1.2 O Cuidar e o Educar na Educação Básica

Uma proposta da educação integral confere a centralidade ao aluno. Isso significa que todas as dimensões do projeto pedagógico, com currículo, práticas educativas, recursos, agentes, espaços e tempos, são construídas e permanentemente avaliadas para serem reorientadas, a partir do contexto de interesses, necessidades e desenvolvimento das perspectivas de aprendizagem e de futuro dos estudantes.

Consideram-se cuidar e educar fatores indissociáveis que requerem estar presentes na educação básica, que abrange educação infantil, ensino fundamental e médio. Preza pela centralidade e especificidade dos estudantes das diferentes faixas etárias. O Parecer 07/2010 afirma que a educação básica é

[...] alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e

pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional (BRASIL, 2010, p. 12).

Para melhor compreensão desses princípios fundamentais, analisam-se ambos os termos conceitualmente. A palavra cuidar tem origem no latim *cogitare*, referindo-se a pensar, cogitar. Era utilizada para denotar cuidado com a pessoa amada, os objetos ou as situações que envolviam pensamento e planejamento.

Dentre seus conceitos, pode-se interpretar cuidado como dar atenção, zelar e preocupar-se com alguma coisa, por consequente ter vínculo com o outro. O cuidado não corresponde a um evento isolado, ele compõe os valores do sujeito e a sua forma de se relacionar com pessoas e acontecimentos. Cuidar expressa a sensibilidade pela existência humana, tendo o reconhecimento do outro como íntegro.

Quanto à palavra educar, deriva do latim *educare* com a definição de orientar, instruir, criar. Adveio da construção do termo com prefixo *ex* - que tinha como significado externalizar, pôr para fora. O sufixo *ducere* alude guiar, instruir, liderar, para o propósito de transmitir conhecimento e aprendizado e ampliar habilidades de pessoa ou grupo.

O ato de educar surge na história da humanidade muito antes das instituições educacionais, assim retomando essa trajetória destaca-se na pré-história, as crianças e jovens aprendiam técnicas e práticas de sobrevivência em grupo, com as comunidades primitivas às quais pertenciam. As habilidades mais comuns e fundamentais na época eram a caça, plantio, pesca, construção de itens e ferramentas, entre outros, de acordo com o ambiente e necessidade.

As atividades ensinadas de pais para filhos não exclusivamente proporcionavam o aprendizado que ocorria com a observação e a convivência. As práticas se tornavam hábitos e, conseqüentemente, tradições. Colaborar com o grupo ao qual pertenciam era dever de todos. Uns ajudavam os outros pelas necessidades básicas de comer e se abrigar e de situações que dependiam das práticas coletivas.

Milhares de anos depois, na Grécia Antiga, a educação das crianças era de responsabilidade dos pais. Na primeira infância, a mãe ensinava e cuidava dos filhos. Aos sete anos, os meninos ficavam sob tutela do pai, que assumia a responsabilidade de educá-los moralmente e inseri-los em atividades ligadas ao trabalho ou a instituições que os proporcionassem títulos e *status* na sociedade. As

meninas permaneciam aprendendo com suas mães as atividades domésticas e manuais.

As instituições de ensino da época eram de exclusividade da elite, as crianças de sexo masculino frequentavam espaços onde recebiam formação militar ou intelectual, dependendo da região em que viviam. Em Esparta, os jovens treinados seriam guerreiros. Havia o mínimo contato com a cultura, leitura e escrita. Os ensinamentos estavam focados no manuseio de armas e outras práticas do militarismo.

Em Atenas, os jovens recebiam formação mais culta, com acesso à Filosofia, Arte, Literatura, entre outros saberes. Durante seu processo de aprendizagem, esses atenienses tinham o acompanhamento de um escravo conhecidos por *paidagogos*. A etimologia da palavra *paidós* significa criança; agogôs se refere a condutor; sendo aquele que conduzia, responsabilizava-se pela formação do jovem.

Nesse período, ocorreu uma revolução na história da educação com a criação da Paidéia Grega. Esse modelo foi predecessor do que se conhece por escola, considerado o nascimento da Pedagogia. As disciplinas Matemática, Filosofia, História, Música e outras eram ensinadas, mas também se focava na formação do cidadão, estimulando a autonomia, o pensamento crítico e independente, o que difere do modelo anterior que buscava apenas a teoria na ascensão política e tradições religiosas.

A Paidéia Grega caracteriza o formato atual da escola, cuja etimologia da palavra escola vem da derivação grega *scholé* para expressar a ideia de tempo livre, lazer e também estudo, aula. Reafirmou-se a elitização do ensino na época, pois apenas a nobreza dispunha do privilégio de estar em ócio, lazer. Desse modo, grupos de mulheres, estrangeiros e escravos não usufruíam do acesso à educação na Paidéia.

Na Antiguidade, os estudos eram motivados pela política e ascensão social, já na Idade Média (476 d.C. a 1453), tiveram seu foco norteado para a religião. Sob forte influência da Igreja Católica (Ocidente) e Ortodoxa (Oriente), havia os mosteiros, locais voltados para o ensino religioso. Restrita aos homens do clero e da nobreza, a formação se voltada para as escrituras sagradas, com o estudo do latim, a meditação e as orações.

Nesses momentos da história, a maior parte da população era analfabeta, somente com o crescimento do comércio é que a burguesia foi forçada a criar

escolas para que os comerciantes aprendessem o básico: escrita, leitura e matemática básica. Essa percepção traz que o surgimento das escolas está ligado à ambição da nobreza em multiplicar suas fortunas. Não houve o pensamento democrático em dar acesso à educação para todos, incluindo as classes mais pobres.

Mas na Modernidade (1453-1789), o rei Frederico Guilherme I tornou obrigatório que todas as crianças frequentassem as escolas estatais. Esse fato marcou o surgimento do ensino público na história. Na França, a Revolução Francesa teve iniciativa semelhante, com uma lei que determinou a obrigatoriedade da escola primária para garotos e da formação de professores do ensino básico.

Esse acontecimento gerou a criação de leis para a educação. Em 1881 o ministro da educação Jules Ferry aprovou a determinação de que as escolas fossem gratuitas; posteriormente, tornou obrigatório e laico o ensino para crianças de 3 a 6 anos. Essas iniciativas marcaram a democratização do acesso à educação por todo o mundo.

Com a Revolução Industrial, surgiu a necessidade de capacitar mão de obra para operar nas fábricas. Houve crescimento expressivo no número de escolas para as classes baixas. Mesmo assim, a educação foi vista apenas como instrumento de capacitação para gerar capital.

No Brasil, a história da educação se iniciou em 1549 com a chegada dos jesuítas, cujo método de educação permaneceu único por cerca de 200 anos. As primeiras instituições de ensino foram criadas no século XIX para satisfazer necessidades da corte. Elas se instituíram para o ensino superior e a formação militar, já que não havia interesse na educação primária.

A educação pública no Brasil só teve iniciativas relevantes no século XX, após o fim da Primeira Guerra Mundial. Os movimentos liderados por educadores reformistas objetivavam estabelecer pautas da Escola Nova. Suas propostas resultaram numa pressão para que o Estado se responsabilizasse pelas políticas educacionais, rendendo a criação das primeiras universidades.

A Constituição de 1934 deu continuidade a propostas desse mesmo projeto, tendo o ensino público prioridade de suas principais pautas. No decorrer de 1931 a 1961, houve a normatização do ensino superior, secundário e primário no País, contando com inovações no aspecto pedagógico. Os debates envolvendo docentes,

pesquisadores e autoridades governamentais se deram a respeito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada no fim desse período.

Em 1971, a LDB foi modificada proporcionando mais benefícios para a educação. Depois, a Constituição de 1988 revolucionou os direitos sociais e a educação. Conforme o art. 205, ficou estabelecido o dever do Estado, da família e da sociedade pela educação. Reforçou a responsabilidade do governo com relação à educação básica.

Entre as reformas promovidas pela Constituição atual, a revisão da LDB foi discutida por alguns anos e sancionada em 1996. Ela marcou também avanços expressivos para a educação. A estrutura, com pequenas alterações, permanece até hoje. Frente aos movimentos, a educação no Brasil, na construção da democracia pelas reformas no ensino, destacou grandes nomes como Nísia Floresta, Rui Barbosa, Villa-Lobos, Bertha Lutz, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, entre outros.

Essas personalidades, além de contribuírem com a luta pela educação acessível e de qualidade, foram os responsáveis fundamentais pela formação de docentes. As pautas de Freire (1996) embasaram os pensamentos dos reformistas, tais como:

Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso, nós fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar (FREIRE *apud* CARVALHO, 2007, p. 15).

Continuando sob o olhar de Freire, o ato de educar é uma construção que se baseia na autonomia do sujeito. Educar tem abertura a infinitas possibilidades do saber para o reconhecimento do sujeito completo. Esse se estabelece na relação de troca e crescimento em conjunto com o educador. Portanto, esse ato de educar representa a ampliação dos horizontes para a educação como todo. Essa educação é capaz de modificar o sujeito envolvido no processo e de auxiliar para que ele se

reconheça enquanto transformador de seus próprios pensamentos. Ele respeita suas individualidades e as do outro, compreendendo-o.

Educar requer cuidado, pode ser caracterizado por aspectos como acolher, ouvir, incentivar, motivar para que o sujeito tenha seu desenvolvimento integral. Esse ato auxilia-o no processo de aprendizagem, incentivando-o a pensar e agir, cuidando de si, da escola, da natureza, além de interagir com o próximo de modo saudável. De acordo com o Parecer 07/2010:

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo (BRASIL, 2010, p. 12).

Em sua totalidade, o estudante está em formação e em evolução. Ele precisa dessa ação dupla cuidar e educar, pois são fatores que direcionam o processo de ensino-aprendizagem, visando à edificação do sujeito em suas múltiplas proporções. As primeiras experiências de cuidado e afeto ocorrem com a família. Elas fundamentam o desenvolvimento emocional e social da criança. Essa construirá relações sociais a partir dessas bases. Se negativas ou conturbadas, seguirá com traumas e dificuldades em manter vínculo com o coletivo, situação que pode afetar toda a vida.

A responsabilidade que a família, a comunidade e a sociedade desempenha na formação da criança é como um todo seus referenciais nas relações que terão ao longo da vida. O Poder Público têm também sua participação na formação adequada e íntegra do indivíduo. Essa responsabilidade está prevista na Constituição federal de 1988, art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O cuidado em relação às crianças e adolescentes é prioridade e responsabilidade social e moral de todos os envolvidos em sua formação para a sociedade. Ao falar de cuidado, conhece-se o que a legislação que o prevê o

assegura quanto ao acesso das crianças e adolescentes a ambientes e relações saudáveis.

Em 2013, a pesquisa nacional “Legislação sobre Direitos das Crianças” realizada pelo Datafolha mostrou que 81% dos brasileiros se consideram pouco ou nada informados sobre os direitos das crianças previstos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os aspectos legislativos do cuidado como direito ganharam solidez a partir do final de 1980. Em março de 1988, foi criado o Fórum de Defesa das Crianças e Adolescentes (Fórum DCA), para a elaboração da Nova Constituição e do ECA.

Em novembro de 1989, a Convenção dos Direitos das Crianças foi instituída pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos e reservar seus direitos assim como eram para os adultos. Esse documento previu os garantidos sem nenhuma forma de discriminação - raça, cor, sexo, origem, religião, posição econômica, deficiência física.

A defesa foi de que todas as ações referentes a crianças consideram o seu melhor interesse. Esse tratado se estendeu para a ratificação por 196 países, em que o Brasil fez parte, em setembro de 1990. Ele se tornou recurso de direitos humanos amplamente aceito no mundo. Por seu impulso, em julho de 1990, surgiu o ECA, diretamente alinhado com o documento.

O relatório do Unicef, “ECA 25 ANOS - Avanços e Desafios para a Infância e a Adolescência”, publicado em 2015, mostrou que, após a criação do ECA, a taxa média de analfabetismo entre crianças e adolescentes de 10 a 18 anos reduziu 88.8%, sendo de 91% entre adolescentes negros. Os dados demonstram o avanço diante da desigualdade racial. Houve aumento também de crianças e adolescentes matriculados na educação básica e a evasão escolar entre jovens de 15 e 17 anos caiu em média 50%. De 1990 e 2012, o País teve sua referência em redução da mortalidade infantil que caiu 68,4%, sendo de 14,9 para cada 1.000 nascidos vivos.

Os números refletem as conquistas, embora sejam ainda grandes os desafios para reduzir mais os índices negativos de desenvolvimento social. Os dados positivos não transmitem as necessidades de que os direitos básicos das crianças e adolescentes sejam plenamente garantidos a todos. É imprescindível colocar crianças e adolescentes no centro das prioridades, pois eles refletem o futuro da sociedade.

O acesso à informação é formado por pontos de partidas para que o Poder Público efetive as garantias previstas em lei para a comunidade. O cuidar e o educar possibilitam a essa efetivação com êxito, sob o olhar dos aspectos intrínsecos da formação e atuação de educadores, dos princípios de currículos desenvolvidos nas instituições de ensino, conforme a necessidade local. Esse olhar histórico-material é a essência provocativa de mudanças frente aos desafios estruturais e sociais existentes.

CAPÍTULO II - PRINCÍPIOS DA AFETIVIDADE EM VYGOTSKY E WALLON: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

2.1 Os Princípios da Afetividade em Wallon

Henri Wallon, filósofo, médico e psicólogo, nasceu em Paris, em 1879. Dedicou grande parte de seus estudos para compreender a psiquê e o desenvolvimento humano, posicionando-se em causas humanistas. Na medicina, atuou na linha de frente do exército francês em período de guerra. Como psiquiatra, suas experiências se deram no atendimento a ex-combatentes que tiveram lesões cerebrais. Seus questionamentos iniciais eram a respeito de estudos com crianças deficientes anteriormente desenvolvidos por ele. Seus trabalhos compreenderam os aspectos de emoções, formação da personalidade, influências sociais e práticas educacionais no desenvolvimento infantil.

Iniciando o percurso na teoria de Henri Wallon, a afetividade e a inteligência não se dissociam, é necessário que o professor conheça seus alunos pela observação, escutando-os atentamente com o diálogo. Pode, assim, construir as melhores estratégias pedagógicas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem. Leva em consideração a diversidade presente em sala de aula, em que a afetividade é de grande importância na construção intelectual, individual e social do sujeito.

Para ele, a afetividade e a inteligência, embora tenham funções diferenciadas, estão ligadas à evolução psíquica do indivíduo. O afeto no desenvolvimento do sujeito baseia-se nas experiências adquiridas desde o nascimento. Ele é envolvido pelo afeto que exerce papel indispensável em sua construção psicossocial.

Desse modo, o meio em que o sujeito vive provoca “[...] as influências afetivas que rodeiam a criança desde o berço não podem deixar de exercer uma ação determinante na sua evolução mental” (WALLON, 1968, p. 149). As experiências da pessoa mostram seus aspectos de afetividade:

No que diz respeito à afetividade, esta é sempre referida às vivências individuais dos seres humanos, são formas de expressão mais complexas e essencialmente humanas. A afetividade diz respeito a um conceito amplo, uma situação mais permanente, que engloba em seu interior os sentimentos, as emoções e as paixões e manifesta estados de sensibilidade, que vão de disposições orgânicas às sociais/existenciais ligadas à percepção que o indivíduo tem de si mesmo (WALLON *apud* MILAN; GARMS; LOPES, 2011, p. 8066).

A teoria Walloniana considera que o desenvolvimento cognitivo envolve muito mais do que o cérebro. As relações afetivas realizam papel fundamental no desenvolvimento do sujeito que transparece seus desejos e suas vontades. Porém, mesmo que essas manifestações se expressem claramente, são pouco estimuladas no cotidiano escolar:

O eu e o outro constituem-se, então, simultaneamente, a partir, de um processo gradual de diferenciação, oposição e complementaridade recíproca. Compreendidos como um par antagônico, complementam-se pela própria oposição. De fato, o Outro faz-se atribuir tanta realidade íntima pela consciência como o Eu, e o Eu não parece comportar menos aparências externas que o Outro (WALLON *apud* COSTA, 2007, p. 8).

Percebe-se, assim, que há influência do eu, do outro e das interações que determinam a personalidade do indivíduo, o que diferencia a forma como ele interagirá no mundo. Dessas interações, com mais ou menos afeto, o sujeito se desenvolve e amplia suas experiências e sensações. A maneira como ocorre o contato estabelece maior ou menor influência no indivíduo. Seu comportamento intelectual e social, portanto, pode ser modificado sensivelmente ao longo da vida.

Dessa forma, o contato estabelece o resultado das experiências, desde a infância até a fase adulta. Nesse sentido, o professor exerce a mediação na aprendizagem dos alunos, com a afetividade como recurso para viabilizar o aprendizado efetivo. Sua prática desconstrói a ideia de que o papel do educador apenas repassa informações, tratando o cognitivo como único aspecto do ato de educar

A afetividade, no processo educativo, contribui para que a criança seja reconhecida por si e pelos outros como sujeito completo. Os recursos de empatia, escuta ativa e criação de possibilidades de negociação no ambiente educacional pautam-se no respeito e na segurança. O professor dá a entender as necessidades intelectuais, coletivas e individuais das crianças. Sua atuação possibilita a aprendizagem mais assertiva, com adaptação para esse progresso educativo de levar o aluno à plena formação.

De acordo com Wallon (*apud* GALVÃO, 1995), existem cinco estágios diferentes no desenvolvimento humano, todos marcados por conflitos e crises durante a transição de um para o outro. Há a alternância entre aspectos afetivos e cognitivos. É necessário que o educador compreenda cada um deles para lidar com as mudanças na interação da criança com o meio e processo de aprendizagem.

O primeiro estágio abrange o primeiro ano de vida, sendo denominado impulsivo emocional. Durante esse período, a relação com a mãe e a amamentação é ponto central que orienta como o bebê reage aos ambientes e com as pessoas. Trata-se da principal referência de afetividade conhecida pela criança.

O segundo estágio é o sensório-motor projetivo, que ocorre do primeiro ao terceiro ano de vida. Nesse período bastante cognitivo, a criança explora o espaço, aprende a andar e interage com o mundo físico com certa autonomia.

O terceiro estágio vai do terceiro ao sexto ano, fase em se inicia a formação da personalidade. A criança observa o meio e se interessa pelas pessoas, imitando o que vê. Ela reage diretamente com o meio expressando suas emoções, o que representa o retorno das relações afetivas. Nesse período, a educação infantil se torna ainda mais importante, pelo impacto direto positivo ou negativo na evolução de sua personalidade. A relação social da criança se dá em razão da diversidade proporcionada pela sala de aula e pelo ambiente estudantil como um todo.

O estágio categorial ocorre dos seis aos 11 anos, em que há a reorientação para o aspecto cognitivo, em virtude de novas percepções do eu e do outro. As escolhas são definidas e orientadas pela personalidade que vem sendo construída pelo indivíduo.

O último estágio chamado puberdade e adolescência se inicia aos 11 anos não tendo fim determinado. O adolescente precisa lidar com a complexidade do mundo repleto de personalidades diferentes, referências. Por sua autoafirmação, ele pode construir e desconstruir a própria personalidade, encaixar-se ou adaptar-se em seu meio. Há um rompimento com a tranquilidade e uma presença da incoerência como característica natural dessa fase.

Essas mudanças são descritas como princípio da alternância funcional. Cada fase se incorpora às conquistas do estágio anterior, desenvolvendo-se em um constante processo de integração e diferenciação.

A última fase que não fim determinado está descrita como desenvolvimento que se inicia na adolescência. A capacidade do sujeito se transformar e se desenvolver é ampliada por toda a vida. Nas relações de mentoria, a presença do afeto requer ser constante, indo muito além educação infantil. Essas relações começam com a fase maternal, desde bebê. Desde esse estágio, a personalidade já é moldada positiva ou negativamente, o que interfere na capacidade afetiva da pessoa para o resto de sua vida.

2.2 Os Princípios da Afetividade em Vygotsky

Lev Vygotsky, psicólogo russo, nascido em 1896, na cidade de Orshe (atual Bielorrússia), teve suas pesquisas interrompidas pela morte precoce. Faleceu em 1934, aos 37 anos, vítima de tuberculose, não presenciando as publicações de suas principais obras. No entanto, elas foram traduzidas e publicadas no Ocidente. Ele se tornou um dos nomes mais influentes da Psicologia do século XX. O impacto de suas ideias fundou os meios educacionais, pois influenciou políticas, sendo diretriz para a formação de educadores e a prática pedagógica.

Sua abordagem teórica está traçada em estudos circundantes a respeito do desenvolvimento humano. Tratam-se de compreender como os pontos histórico-culturais são apoderados pelos sujeitos nos processos de aprendizagem. Para o autor o desenvolvimento é um processo arquitetado nas interações instituídas pelos sujeitos no meio histórico-cultural.

O conhecimento se fundamenta a partir da interação social do sujeito, adquirindo aprendizagens e novas experiências. Para Vygotsky (1998) o desenvolvimento está dividido em dois níveis. Primeiro, a criança realiza sozinha seus afazeres. Segundo, a criança não realiza sozinha suas atividades, mas precisa do auxílio de outro indivíduo adulto ou não.

De qualquer modo, ela tem como centralidade o contexto cultural e a linguagem (comunicação) como protagonistas no fortalecimento cognitivo e na construção de mais conhecimento. O professor que conhece seu aluno trabalha com ele pelos dois níveis de desenvolvimento, definidos como zona proximal. O professor tem conhecimento de que o aluno já sabe o que está proposto e o auxilia para a progressão rumo ao segundo nível.

O afeto media e ajuda o professor a entender seu aluno, para criar vínculo de confiança que, numa experiência partilhada, permitirá o desenvolvimento de atividades que se adequem à capacidade da criança, mas que também sejam desafiadoras, ampliando a sua cognição.

No contexto de primeira infância, o aspecto principal para que a mediação ocorra é a comunicação. Nesse período, as crianças são emocionais e, por consequência, reativas. É necessário entendê-las e, sobretudo, articular recursos que facilitem a expressão de suas emoções. O estimular da comunicação da criança

faz com que ela encontre meios e aprenda novas formas de expressar seu pensamento.

A respeito do afeto, Vygotsky (2001) afirma que a emoção tem grande influência no comportamento. Se há sentimento afetuoso nas palavras, a reação dos indivíduos se positivamente. O estímulo, a motivação e a compreensão são indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem, resultando em um aluno confiante e inspirado.

Ao proporcionar ao aluno as sensações que os conteúdos podem causar, ele afirma que o professor se atenta para relacionar o novo conhecimento com a emoção. O aluno pode perceber o conteúdo relacionando-o com as emoções. Isso evidencia as relações afetivas que vão determinar a qualidade da educação, do objeto internalizado, em que os aspectos cognitivos e afetivos se associam.

Como estratégia, Vygotsky (2001) sugere a criação de ferramentas mentais para serem utilizadas pelas crianças, tornando-as criativas e autônomas. É comum que elas não consigam focar numa finalidade ou refletirem sobre seu próprio raciocínio, o que dificulta a resolução de problemas e tarefas dentro e fora da sala de aula. Desse modo, observa-se o como de explorar os pontos fracos e fortes das crianças. Com essa compreensão, desenvolver uma ferramenta mental que faça sentido de acordo com a individualidade de cada aluno, sendo essa a função do professor.

Os estímulos no ambiente físico geram interação direta com objetos para criar um conhecimento prévio. A realização de atividades que estimulem o aprendizado explora diversos aspectos da memória, imaginação, organização, entre outros. As técnicas facilitam o desenvolvimento da aprendizagem e a aplicação do conhecimento adquirido, respeitando sempre a individualidade do educando.

O psicólogo considera como aliado, no processo de ensino- aprendizagem, o conceito denominado por mediador. Os mediadores são ferramentas, físicas ou abstratas, que permitem que o foco do aluno seja a tarefa a ser executada sem que ele se distraia com questões externas ou não relevantes para a resolução do problema. As ferramentas são introduzidas pelo professor, a fim guiar o aluno durante a atividade, mas o mediador utilizado também se torna ferramenta mental que possibilita a autonomia da criança. Ela é capaz de orientar-se no decorrer das atividades.

Contudo, tal processo depende do acompanhamento do professor, que identifica o momento certo de dificultar gradualmente a atividade para que a criança aprenda a absorver e a acessar a ferramenta mental sozinha. Com isso, ela executa tarefas semelhantes, como também utiliza essa estratégia em diferentes desafios.

Os mediadores têm que ser de fácil compreensão para a criança, tais como: objeto já conhecido, conceito adaptado para a sua realidade e aplicado como facilitador de alcançar o objetivo. Dependendo da situação, a criança escolhe o mediador juntamente com o professor. Quanto maior a familiaridade entre ela e mediador, o auxílio da ferramenta desencadeará o que se espera para a memória.

Essa premissa se aplica a todo contexto de introdução de novas práticas com os conteúdos no âmbito educacional. A linguagem verbal ou não verbal está sempre presente na rotina das crianças, pois auxilia as suas expressões e é indispensável no desenvolvimento cognitivo. Por isso, é aplicada em conceitos, signos, símbolos, referências, analogias, histórias envolvendo os alunos que se beneficiam do aprendizado.

A prática da linguagem constante estimula e incentiva os alunos a explicarem suas ideias, a se comunicarem entre si, a se expressarem pela fala ou pela escrita. Seus desenhos e formas de expressão fazem com o educador certifique os seus conhecimentos sobre coisas e conceitos. Isso amplia o vocabulário das crianças e as ajuda no momento de nomear, formular suas interpretações. A linguagem modela a mente de maneira a explorar seu potencial máximo.

O exercício da linguagem é aliado a recursos pedagógicos dentro da sala de aula, no âmbito social e familiar. Representa a habilidade usada para a resolução de problemas na esfera estudantil e na vida. No contexto histórico-cultural, linguagem, ambiente, educação e relações sociais são os principais pilares abordados nos estudos de Vygotsky.

Esses pilares foram aplicados desde as últimas décadas do século XX até a atualidade. O ponto de vista Vygotskiano é um dos fatores que o torna tão popular nos pilares políticos e didáticos da pedagogia. Seus trabalhos sobre psicologia e educação são referências para as teorias modernas na formação de professores.

2.3 Semelhanças nas Contribuições Teóricas de Vygotsky e Wallon

Das pesquisas realizadas nessa investigação sobre os teóricos Vygotsky e Wallon destaca-se que as suas teorias são complementares e comumente utilizadas por diversas áreas de conhecimento no mundo. Nesse sentido, entre outros pontos de convergência, de aproximação ressalta-se: a importância da área educacional com ênfase na criança e na formação pedagógica; a gênese dos processos psíquicos encontra-se na infância, a emoção e a inteligência colaboram para o desenvolvimento cognitivo do sujeito, o pensamento e o afeto são indissociáveis. Para entender as mudanças sociais centraram as análises no materialismo dialético.

As teorias de Vygotsky e Wallon a respeito da construção e do desenvolvimento humano apresentam muitos aspectos convergentes. Ambos consideram o contexto histórico-cultural, a construção da linguagem e as relações sociais como elementos centrais para a formação e transformação do indivíduo. A respeito da realidade em que o sujeito está inserido, esses autores pautam seus estudos a partir do materialismo dialético. Esse conceito busca entender as mudanças sociais que ocorrem na sociedade e que caracterizam o desenvolvimento do sujeito, pois causam sua transformação.

Contrariando a psicologia da época, para eles a criança não deveria ser separada do contexto social ao qual pertencia. Em suas contribuições teóricas semelhantes, também consideravam os aspectos biológicos como genética e condições internas e externas, nas quais as crianças são submetidas. O professor é destacado como mediador, com função ímpar de contribuir diretamente no progresso de aprendizagem escolar. O ambiente de sala de aula, tendo a sua mediação que proporciona a interação social não somente entre professor-aluno, mas também dos alunos entre si.

O aspecto social é outro ponto semelhante entre as teorias analisadas, indo ao encontro com o conceito de afetividade, ou seja, a emoção e a inteligência servem para a construção do conhecimento, colaboram para o desenvolvimento cognitivo do sujeito.

Para os autores, o pensamento e o afeto são indissociáveis, pelo que só é possível entender o pensamento do outro, se houver conhecimento de seu contexto afetivo. Desse modo, suas teorias revolucionaram as práticas pedagógicas, destacando a relevância da relação do indivíduo com o ambiente, tendo os objetos

que mediam o desenvolvimento cultural e social dele. Todos esses aspectos envolvidos no âmbito educacional proporcionarão experiências afetivas determinantes na construção do conhecimento.

Ao contrário do que se pode pensar, uma relação afetiva não significa não ter limites, nem viver sem conflitos. Mas se entende que impor limites é saber lidar com as adversidades, muitas vezes, inevitáveis. Com a afetividade, a conexão entre professor e aluno tem reações com facilidades ou dificuldades. O modo de absorver conteúdo e interagir, nos períodos da vida, marca as características do sujeito. O educador que tenha conhecimento disso educa de maneira proveitosa junto a todos os envolvidos.

Assim, as teorias de Wallon e Vygotsky são complementares e comumente utilizadas por diversas áreas de conhecimento no mundo. Seus postulados serviram de bases para outras teorias, sendo ainda usadas, apesar de terem sido elaboradas há muitas décadas. Dificilmente, serão ultrapassados, por se apresentarem próprias para os aspectos pedagógicos, sociopolíticos, biológicos, linguísticos e culturais da atualidade educacional.

2.4 O Contexto Educacional e a Mediação Pedagógica entre Sujeito-objeto

Tendo o campo do trabalho sofrido profundas mudança, após a Revolução Industrial, a educação também teve suas robustas transformações. A docência foi altamente afetada pelo processo de industrialização das escolas e das profissões. Esse modelo se distancia do princípio de afetividade da educação e se aproxima da profissionalização. Com o aprendizado por obrigação, a relação professor-aluno é vista como de poder. Não por acaso, os grandes nomes que defenderam a educação baseada no afeto apresentaram teorias com críticas ao capitalismo e aos regimes autoritários.

O molde imposto pelo capitalismo para atender às suas necessidades transformou o professor em um operário do capital. Ele passa pela gestão que monitora a didática, os conteúdos ofertados e a postura em sala de aula. Os alunos assumem os papéis de absorverem os ensinamentos e de adaptarem-se à essa estrutura, pois são convencidos de que além de obrigação, sem esse modelo, não serão úteis para desempenhar futuras profissões, nem capazes de sustentar suas famílias.

Essa estrutura força o pensamento de que eles não terão valor para a sociedade. Infelizmente, ainda existe essa herança do modelo de educação cujos desafios são sentidos por professores e alunos. Ao longo da história da educação, com muitas conquistas, há as consequências sociais e emocionais da educação desumana, que não se preocupada com a relação horizontal de troca de saberes entre professor-aluno, professor-instituição e desses com outros componentes da escola, de modo igualitário.

Fundamentando-se na teoria Vygotskiana, o desenvolvimento cognitivo se dá de acordo com as relações interpessoais e com o meio. O fato essencial para o exercício do papel do professor e da escola passa pela linguagem como meio de construir e demonstrar afeto. Por isso, é tão importante que essas ideias façam parte da formação docente e dos pilares didáticos formativos do aluno.

O ambiente escolar precisa estar alinhado com o processo de desenvolvimento e aprendizagem do estudante, considerando o afeto um fator fundamental na relação entre professor e aluno. O professor atua como mediador entre sujeitos e objetos/conteúdos. Pensando em ações pedagógicas, ele se embasa no afeto que contribui para a evolução e o sucesso da aprendizagem. É possível elucidar esse conceito que Leite (2012, p. 362) aduz assim:

[...] as relações que se estabelecem entre sujeito-objeto-mediador também são marcadamente afetivas. Ou seja, tais relações não envolvem somente as esferas cognitivas/intelectuais, mas, simultaneamente, provocam repercussões internas e subjetivas nos sujeitos, de natureza basicamente afetiva.

A mediação pedagógica é composta por relações reais que são estabelecidas e vivenciadas no contexto escolar. Tais relações geram impactos afetivos positivos ou negativos, a dependerem de como o mediador irá desempenhar seu papel com os alunos. Junto a conteúdos escolares explanados em sala de aula, estão o cuidar e o educar para as expectativas de êxito e o melhor aproveitamento escolar.

O interesse, a motivação e outras emoções podem ser estimuladas, conforme a mediação humana do afeto em suas múltiplas formas. Leite (2012, p. 361-2) descreve essa abordagem assim:

[...] toda relação sujeito-objeto é sempre mediada por agentes culturais, que podem ser pessoas físicas ou produtos culturais, como no caso de um texto produzido por alguém, que possibilita o contato entre o sujeito e um determinado objeto/assunto. Além disso, pode-se assumir que a maneira como o processo de mediação ocorrerá é um dos principais determinantes

da qualidade da relação que vai se estabelecer entre o sujeito e o respectivo objeto. Na escola, o principal agente mediador entre o sujeito (aluno) e o objeto (conteúdo escolar) é, sem dúvida, o professor, na medida em que todas as práticas pedagógicas dependem de seu planejamento e da forma concreta como são desenvolvidas.

Pensar na pedagogia atual alude a um professor que administra conteúdos técnicos e se coloca como detentor do conhecimento. Essa docência progressista se empenha em planejar e desenvolver suas práticas pedagógicas com afetividade, com as melhores formas de ensinar as atividades para seus alunos. O respeito do ritmo de aprendizagem de cada um mostra a sensibilidade de perceber quando avançar ou não em determinado conteúdo.

A apresentação de alguma determinante provoca o estudante para lidar com os conteúdos escolares. Dessa, sucede-se a experiência educacional proveitosa ou prejudicial. Com isso, o comprometimento e a compreensão do docente importam muito para saber dosar e mediar a formação dos alunos, não apenas cuidando, mas também ajustando limites.

O estudo passa pelo fomento da curiosidade por respostas que os próprios alunos podem conseguir encontrá-las no decorrer do tempo. Havendo a disposição e o conhecimento somados à cultura escolar nivelada nos mesmos princípios, estabelece-se a relação professor-aluno com estímulos pautados no respeito, na motivação, na consciência de reações naturais da existência. A evolução do autoconhecimento trata da formação com infinitas possibilidades.

O professor exerce grande influência em sala de aula por ser figura referencial para os alunos. Conseqüentes disso vêm o respeito, a observação, a busca por aprovação, tendo em conta o vínculo afetivo. Portanto, demonstrar afeto, confiança, acolhimento é capaz de estimular autonomia e ações fraternais nos alunos. O ambiente escolar será dinâmico, prazeroso e ponderável, ao ser administrada a aula com estudantes motivados a aprender, a se expressarem e a vencerem os desafios que resultam em desempenho escolar positivo.

Com essa visão, os teóricos Vygotsky e Wallon, como já destacado, defenderam que o cognitivo e o afeto estão interligados e influenciam o sujeito, desde o nascimento. Ele aprende a agir, a falar, a sentir e a pensar a partir das interações com indivíduos, culturas. Portanto, são complementares e indispensáveis nas práticas educativas, cabendo a docentes e à gestão das escolas avançarem os

aspectos pedagógicos para que sejam ministrados juntos em equilíbrio. No art. 13, da LDB, há as incumbências do professor:

I. Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III. zelar pela aprendizagem dos alunos; IV. estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento; V. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

A atuação do professor em sala de aula é insubstituível, dentro dos principais aspectos para que o aprendizado ocorra. As relações humanas, com o entendimento da construção do conhecimento e do progresso, colaboraram com a troca de saberes entre professor-aluno, sendo objetivo alcançado plenamente. Como muitas mudanças já beneficiaram a educação em sua história, advieram pontos de observação, luta e escuta de docentes. Todos contando com o apoio igualitário já conquistaram muitos avanços e garantiram o sucesso dos direitos essenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de analisar a importância do afeto na educação básica, desde os direitos previstos em lei a garantir o progresso contínuo, o desenvolvimento humano foi abordado. O comprometimento de famílias, instituições e docentes pode contrariar os moldes estruturais advindos da profissionalização do ensino. Desse modo, a pedagogia se fundamenta no contexto educacional, não sendo vista como parte avulsa da educação básica.

Na infância, a personalidade e a relação consigo e com o outro são construídas. A importância do cuidado das práticas pedagógicas é lembrada e mantida nos anos escolares. É necessário estar atento à mudança dos tempos, observar e estudar aspectos contemporâneos que refletem na educação. Essa observação é para que haja alinhamento de conteúdos e atividades ministradas com as necessidades dos alunos em formação.

Como docente em formação, considero este estudo uma base para guiar a experiência técnica do professor. Aspectos teóricos e práticos estão alinhados, a fim de facilitar o cotidiano em sala de aula e reafirmarem o compromisso com a profissão. Os pontos de melhoria da educação implicam a análise da formação de educadores, com condições fornecidas pelo Estado e contando com a contribuição da sociedade para que essas melhorias ocorram. Trata-se de um movimento de luta que exige engajamento das partes que compõem a educação.

A responsabilidade não está centralizada nas escolas nem nos docentes. O engajamento generalizado mostra a colaboração de todos para a educação promissora não isolado. Assim como o papel da escola e do professor são determinantes para o desenvolvimento humano, a relação da família também.

A instituição familiar se responsabiliza por exaltar as potências do aluno em formação, evidenciando o seu comprometimento harmônico com a escola. As leis tratam das responsabilidades de todos em relação às crianças. A premissa é de que unidos as mudanças estruturais acontecem na sociedade.

Os artigos e teorias utilizados na biografia desta pesquisa, tornaram evidente que o poder subversivo da coletividade é muito presente na história da educação e também muito importante do ponto de vista antropológico. Destacando e justificando a importância do afeto na construção de relações familiares, escolares e sociais. E

isto representa além da materialização do cuidado, o compromisso com o ato de possibilitar as melhores condições para o desenvolvimento do aluno. O cotidiano do professor mostra o afeto em meio a desafios dos aspectos de novos aprendizados, não havendo espaço para se acomodar.

A pandemia do covid-19 evidenciou essa necessidade de se reinventar e de estar aberto a mudanças, saindo da zona de conforto, em prol da educação. Foi reforçada a necessidade de afeto, compreensão, busca por novos métodos educacionais. Formar indivíduos que vejam esses princípios como inspiração assegura o ambiente horizontalmente afetivo entre professores e alunos.

A reciprocidade do afeto evidencia a humanidade dos docentes, a troca de conhecimento entre as partes. A figura do docente é fundamental na construção dessas relações e precisa ser sempre respeitada e valorizada por instituições, órgãos públicos e sociedade. Sua singularidade merece esse respeito, frente à sua estrutura material e ideológica para desempenhar sua função.

No cenário atual do País, há um longo caminho a percorrer tendo os educadores como pilares na construção do conhecimento. Estudos e métodos que auxiliem no desempenho desse papel podem estar disponíveis durante e pós- formação, pelo aprendizado contínuo. A estrutura educacional vivida é formada por pessoas, cujos objetivos desta pesquisa demonstraram o quanto as relações interpessoais são determinantes no desenvolvimento de aprender com o outro.

Essa pesquisa representa a reflexão da proposta otimista de um futuro melhor para a formação mais consciente de si. O respeito e o cuidado com o outro fazem elo com o ato de aprender e ensinar com base na afetividade, na gentileza. Afetividade, cooperação e comprometimento simbolizam as contribuições da carreira docente.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e a nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 07/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/sites/prograd.ufu.br/files/media/documento/parecer_cneceb_no_72010_aprovado_em_7_de_abril_de_2010.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

BRAZOTO, Dirce Mara. Educação pública e sua evolução histórica: Ocorrências no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 05, e. 12, v. 6, p. 48-63, dez., 2020. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educação/ocorrencias-no-brasil>>. Acesso em: 7 jun. 2021.

CARVALHO, Flávia Assis. **O ato de educar em Paulo Freire**. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Sobre tempo e conhecimentos praticados na escola de tempo integral. **Educação & Realidade** [online], v. 41, n. 4, p. 1095-1112, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623660673>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

COSTA, Cinthia Carvalho. **A Afetividade na educação infantil**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

COSTA, Gisele Ferreira da. **O afeto que educa: afetividade na aprendizagem**. 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, MG, 2007.

CUNHA, Célio. Brasileiros que revolucionaram a educação do país. Texto do livro 14 brasileiros que revolucionaram a educação do país. **Portal 6**, 2021. [On-line]. Disponível em: <<https://portal6.com.br/2017/10/15/14-brasileiros-que-revolucionaram-a-educacao-do-brasil/>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

FATOS e questões que envolvem a revolução do cuidado de crianças, adolescentes e jovens, os 50 Anos da aldeias infantis SOS Brasil e os legados de Hermann Gmeiner e de Paulo Freire. Entrevista concedida a Revista Bem Cuidar. **Bem Cuidar**, São Paulo, n. 5, p. 28 e 29, ago. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GUEDUES, Adrienne O. **A psicogênese da pessoa completa de Henri Wallon: desenvolvimento da comunicação humana nos seus primórdios.** Doc Player, 2015. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7367856-A-psicogenese-da-pessoa-completa-de-henri-wallon-desenvolvimento-da-comunicacao-humana-nos-seus-primordios.html>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade nas práticas pedagógicas. **Temas em Psicologia**, v. 20, p. 355-368, 2012.

LUCYK, Viviana Patricia Kozlowski; GRAUPMANN, Edilene Hatschbach. Breve discussão sobre a desvalorização do trabalho docente. **Educere**, 26 a 29 out. 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17894_8318.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021.

MILAN, S. G.; GARMS, G. M. Z; LOPES, C. S. A afetividade na educação infantil: um elo indispensável à teoria Walloniana. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO - SIRSSE, I, CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, EDUCERE, X. **Anais...** Curitiba, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2011.

MONTEIRO, Joyce; NOGUEIRA, Débora. Vygotsky: a relação entre afetividade, desenvolvimento e aprendizagem e suas implicações na prática docente. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 2, n. 1, p. 59-72, 2015.

NEVES, Gisele. **A educação infantil e o seu contexto histórico.** Meu Artigo Brasil Escola, 2021. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-educacao-infantil-seu-contexto-historico.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2021.

PEREIRA, Caciana Linhares. Piaget, Vygotsky e Wallon: contribuições para os estudos da linguagem. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 2, p. 277-286, 2012.

PRIORIDADE ABSOLUTA. **6 coisas que você precisa saber sobre a convenção sobre os direitos da criança.** 2020. Disponível em: <<https://prioridadeabsoluta.org.br/agenda-227/6-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>>. Acesso em: 12 set. 2021.

SANTOS, Rodney B. dos. A importância da afetividade na educação infantil. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, 2021. Disponível em: <http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/7q0ugvfTdGEG3zM_2021-6-8-20-47-11.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021.

SERENNA, Nathalia. **História da educação no mundo e no Brasil.** Jus Brasil, 2017. Disponível em: <<https://serenna.jusbrasil.com.br/artigos/605451719/historia-da-educacao-no-mundo-e-no-brasil>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

UNICEF. **ECA 25 anos - Estatuto da Criança e do Adolescente**: avanços e desafios para a infância e a adolescência no Brasil. Brasília, DF: 2015. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef/unicef_relatorio_eca25_anos_2015.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L.S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1968.

ZOBOLI, E. L. C. P. Bioética do cuidar: a ênfase na dimensão relacional. **Estima – Brazilian Journal of Enterostomal Therapy**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <<https://www.revistaestima.com.br/estima/article/view/124>>. Acesso em: 6 jun. 2021.